

CADASTRO DAS EDIFICAÇÕES DE VALOR HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE LAGARTO – SE

Givaldo BARBOSA (1); Flávia VIEIRA (2); Ana Rita BISPO (3)

(1) CEFET – SE – Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rua Nestor Sampaio no. 840 – ap. 101 – Luzia – Aracaju - SE, (79)9981 7326, (79)3217 6319, e-mail: giva_arq@uol.com.br

(2) CEFET – SE – Bolsista, e-mail: flavinha_edv@hotmail.com

(3) CEFET – SE – Bolsista , e-mail: bruxinha_fronhell@hotmail.com

RESUMO

Algumas cidades da Região Central do Estado de Sergipe possuem um rico acervo arquitetônico. Ao longo dos últimos anos grande parte destas unidades foi demolida ou descaracterizada arquitetonicamente. Em Lagarto, distante 75 km da capital do Estado, este quadro vem se repetindo nas últimas décadas com sérias consequências ao conjunto urbano histórico do município, provocando uma série de problemas no sentido de enfraquecer os laços de urbanidade entre os moradores e o lugar. Esta pesquisa consiste no levantamento das edificações mais importantes sob os aspectos históricos, arquitetônicos e culturais. Primeiramente foi elaborada uma revisão bibliográfica e documental nos órgãos municipais, estaduais e federais, referentes a tombamentos e preservação do patrimônio. Em seguida a seleção das edificações a partir de visita *in loco* e acessória de um historiador/pesquisador local. Por fim o cadastro físico e levantamento fotográfico. O produto final resulta em um catálogo, que poderá ser utilizado como fonte de pesquisa para profissionais do urbanismo, orientar a formulação de leis e posturas municipais, estimular a elaboração de programas/projetos de expansão ao turismo histórico local, estabelecer pontes de diálogo entre as construções antigas e os moradores e criar novas formas de ver e usufruir o lugar, ampliando a sustentabilidade social/urbana.

Palavras-chave: Memória Urbana, Cadastro Arquitetônico, Referências urbanas.

1. INTRODUÇÃO

São muitas as contribuições para a sociedade ao se preservar o patrimônio edificado. Mesmo os monumentos mais simples são capazes de revelar fatos e personagens que ajudam na construção da identidade local, representam importantes marcos urbanos que constituem parte da história da cidade e estão impregnados de significados construídos ao longo do tempo.

No entanto, nas últimas décadas com o acelerado crescimento urbano e a crescente valorização dos espaços mais centrais – local onde se situam a maioria destas edificações – grande parte deste acervo vem sofrendo um processo de destruição de suas estruturas físicas, seja através da demolição total ou reformas, com a descaracterização de seus principais elementos arquitetônicos.

Cabe ressaltar que compreender e preservar estes elementos implica entender a sociedade que o contém e sua influência mútua. Lynch (1990) afirma que um ambiente bem estruturado compõe-se, dentre outros, de unidades de referência aos seus usuários, que orientam, dão visibilidade, significado e singularidade ao espaço e podem inclusive servir como vetor de crescimento humano.

Pode-se considerar que a maioria destas construções já faz parte da imagem da cidade e encontram-se incorporados a memória de seus usuários e reveste-se de fundamental importância à documentação sistemática destes elementos e a partir daí contribuir para a preservação de suas estruturas arquitetônicas.

Leite (2004) salienta a importância destes elementos históricos como sendo lugares propícios à convergência da população para um suposto passado de identidades comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e da cidadania.

Neste sentido, observa-se que nas últimas décadas algumas das principais capitais do país vêm passando por um processo de ressignificação de parte de sua área urbana, mais especificamente as áreas mais antigas, os ditos centros históricos. Nestes espaços ocorreram processos de revitalização de suas estruturas urbanas com forte apelo ao consumo do turismo.

Muitos estudiosos afirmam que as cidades que souberem preparar suas imagens levarão vantagem sobre as demais, no entanto cabe atentar para a necessidade da valorização das diferenças e singularidades.

““(…) nessa verdadeira corrida que está havendo pela disputa turística, terão mais trunfos os lugares que no passado melhor souberam preservar e hoje se avantajam sobre os demais; esses “demais” que sempre foram demasiadamente afoitos, buscando um desenvolvimento tão incompleto quanto destruidor da História (...) (YÁZIGI, 2002, p.17).

Nesse contexto, pesquisar as construções de valor histórico, cultural e arquitetônico, sinaliza em um curto prazo contribuir com a construção de um espaço cidadão cheio de histórias e referências, que difere de cidade para cidade, que admite uma série de opções, capaz de informar mensagens que revelarão as aspirações dos indivíduos e que podem significar o primeiro passo para uma nova urbanidade (SILVA, 2006), além da possibilidade de um desdobramento para a consolidação de um roteiro turístico direcionado a visitação de monumentos que contam de forma viva a história da cidade.

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

O termo patrimônio histórico cultural pode referir-se a bens móveis, imóveis ou naturais e devem ter valor para a sociedade a qual pertencer. Este valor terá significado estético, artístico, documental, científico ou ecológico.

As primeiras ações sistemáticas relacionadas a preservação do patrimônio edificado das cidades têm início com o final da Segunda Guerra Mundial onde as principais cidades da Europa viram grande parte de seus monumentos históricos destruídos pelos incessantes bombardeios. A partir daí muitos profissionais ligados a área da arquitetura, história e engenharia voltaram-se para o estudo da recuperação deste acervo, com destaque para o arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc, que elaborou os primeiros conceitos relacionados à preservação e restauro e também foi um dos precursores da arquitetura moderna.

A proteção dos bens patrimoniais de uma cidade deve nascer de políticas comprometidas com a vida social, que por sua vez, materializada nos próprios indivíduos, precisa ir de encontro ao crescente processo de perda de identidade cultural, de redução dos valores que lhes são próprios, que lhes diferenciam de outros lugares. Este processo acelerado de integração universal determinado pelo avanço das tecnologias da comunicação audiovisual.

O respeito à qualidade do meio ambiente passa pelo respeito aos valores históricos, culturais e estéticos que dão a cada comunidade um caráter individual. Este valor não necessariamente está vinculado ao conceito de vulto, monumentalidade ou excepcionalidade e sim a evolução daquele lugar, aos edifícios que permitem a leitura da cidade e que contam o passado ao presente.

Segundo Toledo (1984) podemos concluir que a preservação e revitalização do nosso patrimônio ambiental urbano é antes de mais nada a defesa da saúde psíquica da população. Ao se perder os marcos referenciais da cidade o indivíduo sente que não é mais um participante, soltam-se os laços sociais e ele não consegue estabelecer relações de vizinhança com os que moram a sua volta. Esta perda de identificação tem graves efeitos psicológicos, analisados, inclusive, em várias publicações da UNESCO.

Fica claro que a preservação do patrimônio é de responsabilidade de diversos atores, envolve conhecimentos de várias áreas, tornando seu estudo muito complexo e interdisciplinar, no entanto, cabem as gerações de agora valorizar e aumentar este patrimônio conservá-lo para que esteja presente na vida das gerações futuras, esta responsabilidade, portanto precisa ser dividida entre o Estado e o cidadão comum.

Ao se tratar de conservação e preservação do patrimônio é necessário considerar o Tombamento como uma atitude primeira a ser tomada, uma vez que impede por força da lei a destruição do bem. Garante assim sua integridade e perpetuação, necessita, entretanto de uma legislação específica. No Brasil pode ser efetuado pela União através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Governo Estadual com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais criando suas leis específicas.

A nível nacional é o IPHAN o órgão mais importante, responsável pela proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro, criado em 13 de janeiro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, pela Lei 378. Baseia-se em legislação específica, onde as disposições mais importantes estão incluídas no Decreto-Lei 25, que cria o instituto do tombamento, na Lei de Arqueologia 3.924/6, na Constituição Federal Artigos 215 e 216 e no Decreto 3.551/2000 sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial.

Pode-se assim observar que no âmbito federal já existe uma elaborada rede de leis e decretos que atuam sobre os bens patrimoniais mais importantes e de maior destaque para o país. No entanto, é a nível local, nas pequenas cidades do interior, onde se observa uma verdadeira devastação das edificações de valor histórico. O poder municipal ainda dá os primeiros passos para a criação de instrumentos legais de preservação, na maioria das vezes pressionado pela própria população que assiste inerte ao desaparecimento de parte de sua história.

3. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAGARTO E SEU PATRIMÔNIO EDIFICADO

Segundo site oficial da prefeitura municipal, é por volta da segunda metade do século XVI tem início a ocupação do território de Lagarto, primeiramente por Missionários Jesuítas que vão catequizar Índios Kariris residentes na região. Em 1596 sesmarias são distribuídas a alguns senhores da época e com eles tem início o povoado de Santo Antônio.

Aos poucos o povoado vai crescendo e surgem os primeiros engenhos de açúcar, conjuntamente ao cultivo de algodão, milho, feijão e criação de gado. Em 1645 o povoado é acometido por uma epidemia de cólera que dizima a população, frades carmelitas vão a socorro da população e para o local onde levam os enfermos vem a nascer posteriormente a Praça Nossa Senhora da Piedade, centro da futura cidade e onde os sobreviventes reorganizam-se e constroem suas novas casas.

Posteriormente são inaugurados a Igreja Matriz o Cemitério e em 1674 criado o Corpo de Infantaria e Ordenança, que desempenhou papel importante na defesa dos comerciantes contra negros fugitivos. Tem início uma fase de crescimento do núcleo populacional que culmina com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Pedra do Lagarto em 1679.

Em 1703 surge o Distrito de Lagarto e em 1727 a Vila, a terceira do Estado de Sergipe. No ano de 1802 já contava com uma população de 6.000 pessoas e em 1880 a Vila foi elevada à categoria de cidade.

A partir de 1718 sofreu uma série de desmembramentos, perdendo grande parte de sua área original para a formação dos municípios vizinhos, com isso sua economia foi atingida fortemente de tal modo que em 1917 sua receita foi inferior a de Boquim, criado em 1835.

Após 1930 o município reaparece no cenário econômico do estado e vem se mantendo com relativa estabilidade apoiado na agricultura, pecuária e um comércio que atende a muitos dos municípios circunvizinhos.

Os relatos informam que os primeiros logradouros que davam forma ao aglomerado urbano era formado pela Rua de Fora (atual Mizaél Mendonça), Rua da Vila (Acrízio Garcez), Rua da Glória (Laudelino Freire), Rua do Choro, além do conjunto de casas que rodeavam a Praça da Piedade.

Fonseca (2008) relata que desta época pouco restou do seu casario com a cidade sofrendo sucessivas intervenções em seu desenho urbano.

“Na Rua Misael Mendonça ainda é possível notar algumas casa primitivas e do tipo beira-e-bica, sendo que apenas uma delas parece receber tratos para sua conservação. Trata-se da antiga residência da família Dantas cuja construção, segundo inscrição colocada recentemente, seria datada de 1822. Entretanto tal afirmação carece de verificação e confirmação”. (FONSECA, 2008, p.1).

O mesmo autor ainda relata que a Rua Misael Mendonça seria “o primeiro logradouro da Vila do Lagarto e seu calçamento, a paralelepípedo, seria fruto da demolição da *pedra do lagarto*, cuja existência serviria de prova ao nome do município” (FONSECA, 2008).

Ainda é possível observar, nas ruas mais centrais, casas que guardaram elementos – principalmente em suas fachadas – que remetem ao tempo de apogeu econômico do município, com grande quantidade de ornatos que remetem ao estilo neoclássico.

A Igreja Matriz, na Praça da Piedade, não ficou imune às ações de intervenção arquitetônicas quando em 1928 o templo tem suas fachadas modificadas para ampliação de sua área interna. Segundo Fonseca (2008) nesta praça ainda resta um raro exemplar de edificação com sua fachada revestida em azulejos portugueses.

“Atualmente pertencente à paróquia, o imóvel possui características interessantes por ter seu piso de assoalho de madeira, características incomum no município... Apesar da raridade dos seus azulejos, a casa paroquial, ao contrário de outra residência com paredes cobertas por esse tipo de cerâmica, possui seu telhado de beira-e-bica e janelas e porta arredondada”. (FONSECA, 2008, p.3).

Fica claro que Lagarto não foge a regra de muitas cidades que vem paulatinamente sofrendo um acelerado processo de dilapidação de seu patrimônio edificado. Desta forma, o trabalho aqui apresentado vem como uma tentativa de reverter este processo e despertar na sociedade sua responsabilidade e compromisso junto ao poder público municipal em criar uma lei de proteção aos bens históricos.

4. CADASTRO DAS EDIFICAÇÕES DE VALOR HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE LAGARTO - SE

Esta pesquisa está estruturada para a obtenção de um cadastro das edificações mais importantes do município de Lagarto sob os aspectos históricos, arquitetônicos e culturais. Neste momento apenas três edificações serão apresentadas como uma amostra do todo da pesquisa.

Primeiramente uma revisão bibliográfica e pesquisa em órgãos municipais mostraram a inexistência de legislação ou posturas relacionadas à preservação do patrimônio edificado, todas as ações neste sentido foram deflagradas por iniciativa dos proprietários das edificações, de forma espontânea, ou por

pesquisadores locais preocupados com o acelerado processo de destruição deste acervo, a exemplo de Floriano Fontes Fonseca, historiador e detentor de um vasto conhecimento sobre a formação urbana de Lagarto.

As edificações cadastradas foram selecionadas a partir de uma observação direta na cidade pela equipe de elaboração da pesquisa que procurou escolher os exemplares segundo critérios arquitetônicos e de conservação, juntamente com a consultoria do já citado historiador que deu o suporte histórico e cultural. Desta forma, em um primeiro momento, vinte edificações ainda estão em processo de cadastro, que ao final representarão uma boa amostragem do patrimônio edificado de Lagarto, que conta parte de sua história e que merece especial atenção em sua preservação.

As três construções apresentadas a seguir exemplificam claramente os diferentes tipos de arquitetura que ainda sobrevivem na cidade, demonstrando momentos distintos de sua formação. Duas são residências pertencentes a particulares e a terceira a casa paroquial, moradia dos padres.

4.1. Residência Sr. José Augusto Vieira

Com desenho de planta muito simples, apresenta uma disposição de ambientes comum para casas do início do século passado, com um eixo longitudinal dividindo a construção basicamente em dois setores, um social e trabalho – salas e cozinha, outro de descanso íntimo – quartos. Uma porta central leva diretamente para a sala principal, em seguida a sala de refeições e contíguo a esta última a cozinha que dá acesso ao quintal. Os quartos apresentam ligação direta com as salas e o banheiro com a cozinha, demonstrando pouca preocupação com de privacidade e salubridade, questões ignoradas para a época (Figura 01).

A fachada apresenta forte relação ao o estilo neoclássico, com simetria em relação às aberturas, duas janelas em cada lateral e uma porta central, todas em verga reta e com acabamentos em frisos. O destaque fica por conta da platibanda, ricamente ornamentada com cornijas e florais estilizados. Destaque para o arco superior da platibanda que demarca as aberturas dos ambientes principais, porta e janelas da sala (Figuras 02 e 03).

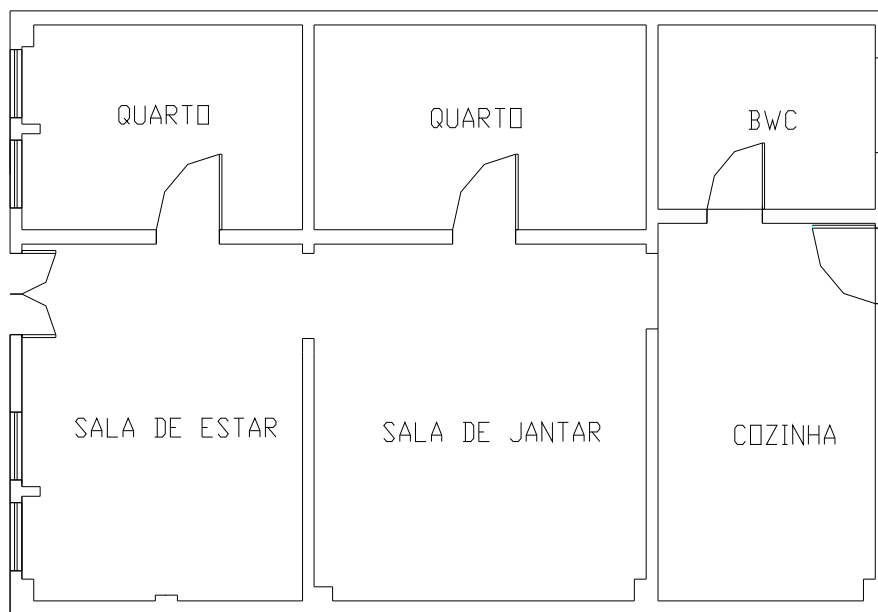


Figura 1 – Planta Baixa



Figura 2 – Fachada



Figura 3 – Detalhe Fachada

4.2. Residência Família Dantas

Esta construção faz parte do conjunto de casas mais antigas que ainda restam na cidade. Segundo informações da família, a residência original era muito maior que foi subdividida em três partes, fato que pode ser observado pela continuidade que apresenta a fachada com relação à casa vizinha (figura 05). A planta apresenta uma conformação singular, com uma circulação que leva a sala de visitas e a cozinha, uma porta decorada (fig. 04) dá acesso à sala de jantar, que por sua vez se liga com a cozinha. O pequeno quarto localiza-se ao fundo, interligado a cozinha e com o quintal, onde provavelmente existiria um banheiro separado da construção principal.

A casa preserva praticamente todos os seus elementos originais, como o piso em lajotas cerâmicas, portas e janelas com vãos altíssimos e madeira maciça talhada e o sistema construtivo das paredes em taipa, deixado à mostra pelo desabamento da casa vizinha (Figuras 06, 07 e 08). A fachada muito simples, desprovida de elementos decorativos, apresenta duas janelas juntas e uma porta lateral todas em arco abatido e telhado aparente em duas águas (Figura 05).

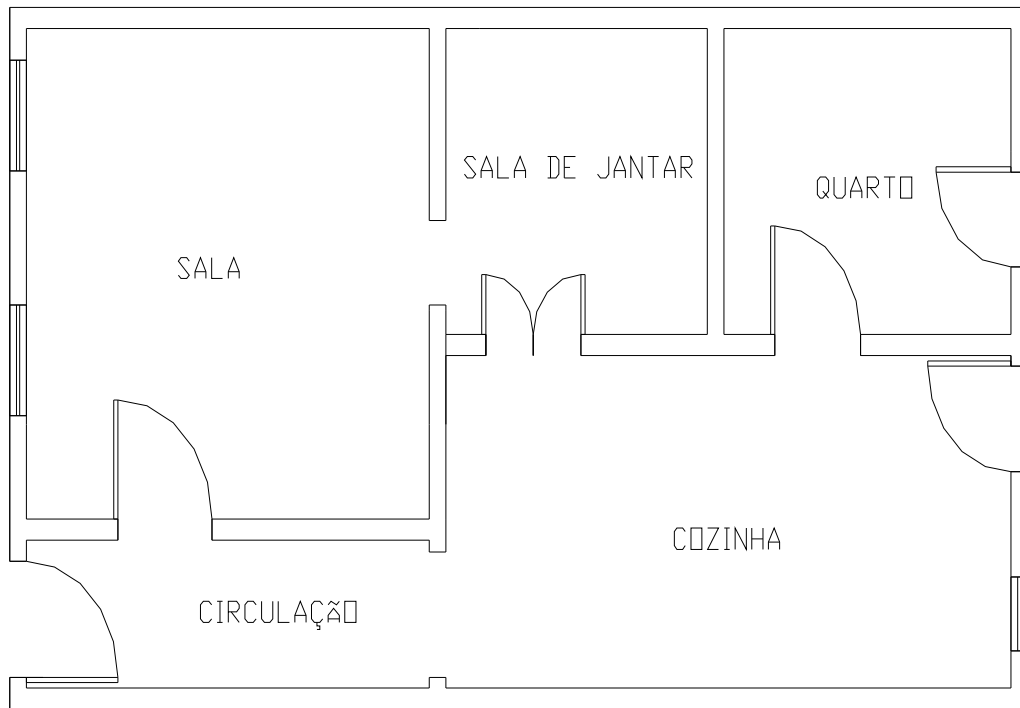


Figura 4 – Planta Baixa Residência Família Dantas



Figura 5 – Fachada Residência Dantas



Figura 6 – Piso em Lajotas



Figura 7 – Detalhe Porta



Figura 8 – Parede em Taipa

4.3. Casa Paroquial

Segundo Fonseca (2008) a atual casa paroquial teve sua preservação assegurada graças à iniciativa de seu antigo dono.

“Outrora pertencente ao Dr. João Almeida Rocha que desejando ver sua preservação, resolveu vende-la a igreja por um valor inferior ao de mercado, para que pudesse ser preservado” (FONSECA, 2008, p.1).

Localizada na Praça da Piedade onde a maioria das construções é de grande porte, esta edificação destaca-se das demais por ser a única onde a fachada é totalmente revestida em azulejos portugueses. Sua planta reflete o porte da casa com uma grande profusão de ambientes, onde alguns já sofreram modificação como, por exemplo, a criação da capela e dos sanitários contíguos à sala do meio. Uma circulação central dá acesso à sala principal e a todos os ambientes laterais – quartos, da sala intermediária pode-se chegar aos ambientes do fundo como a sala de jantar e o grande pátio descoberto. Todas as construções localizadas na lateral – cisterna, depósito, lavanderia e quarto de empregada – bem como a garagem, que tem ligação com a rua posterior, foram realizadas em época bem mais recente (Figura 09).

Internamente a casa possui um rico acervo ainda preservado, a começar por muitas peças de mobiliário, no entanto o maior destaque fica por conta do piso xadrez em mármore branco e preto, provavelmente importados da Europa (Figura 10), além de portas e janelas com ricos detalhes (Figura 11).

Na fachada com leve simetria, os azulejos conferem uma riqueza expressiva, nas cores branca, amarelo, verde e azul (Figura 12), são interrompidos apenas pelas aberturas e elementos decorativos. Estes por sua vez, aparecem emoldurando as janelas e a porta e dando acabamento ao encontro com o telhado, na forma de frisos e cornijas (Figura 13). As portas e janelas em arco pleno apresentam elaborado desenho no madeiramento e gradis em ferro (Figuras 14 e 15).

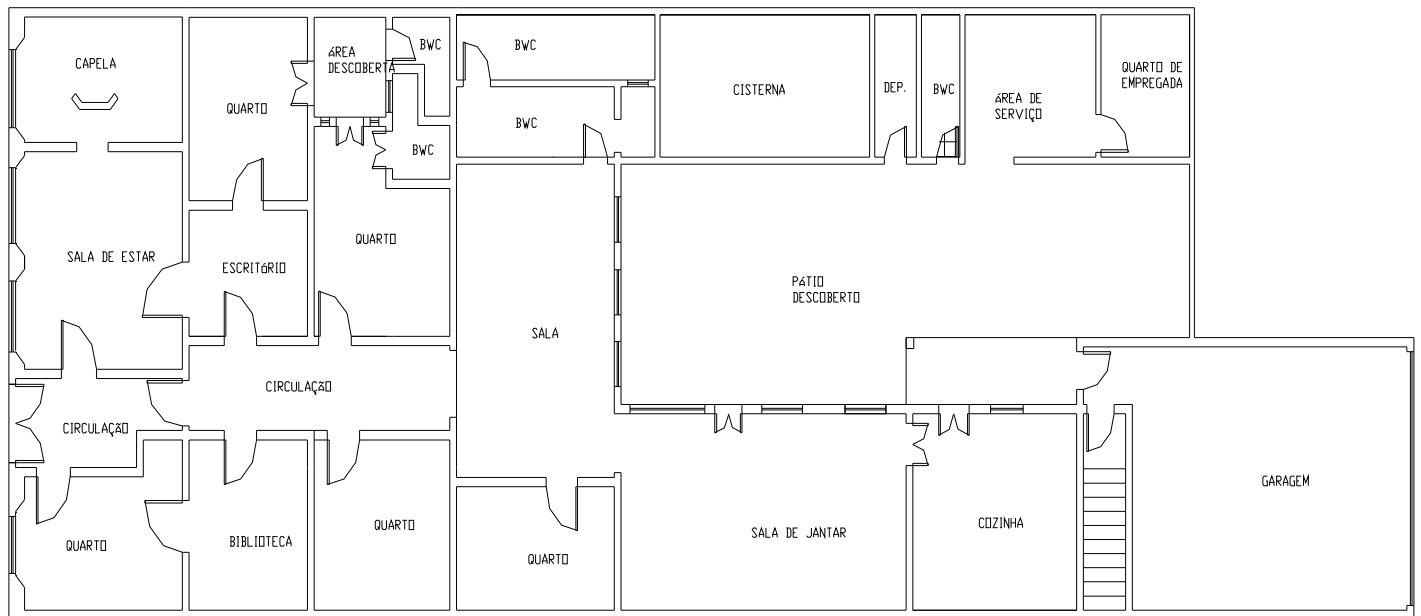


Figura 9 – Planta Baixa Casa Paroquial



Figura 10 – Det. Piso Casa Paroquial



Figura 11 – Det. Porta Interna Casa Paroquial



Figura 12 – Det. Azulejo Casa Paroquial



Figura 13 – Elementos Decorativos Casa Paroquial



Figura 14 – Fachada Casa Paroquial



Figura 15 – Det. Porta Frontal Casa Paroquial

REFERÊNCIAS

FONSECA, F. S. **O PATRIMÔNIO CULTURAL LAGARTENSE – Os bens materiais não tombados.** Monografia de Graduação em História – Faculdade José Augusto Vieira, Lagarto, 2008.

IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.org.br> Acesso em: 13 junho de 2008.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea.** Campinas, SP Editora da UNICAMP; Aracaju, SE, Editora da UFS, 2004.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Lisboa, Edições 70, 1990. 205p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO, 2008. Disponível em: <http://www.lagarto.com.br>. Acesso em: 25 de maio de 2008.

SILVA, G. B. **LEITURA DA IMAGEM URBANA – Diretrizes Para a Sustentabilidade da Orla Ribeirinha de Própria – SE.** Dissertação de Mestrado – PRODEMA – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

TOLEDO, B. L. **Bem Cultural e Identidade Cultural.** In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, 1984.

YÁZIGI, E. (org). **Turismo e Paisagem.** São Paulo, SE: Ed. Contexto, 2002. 226p.